

DESENHO URBANO: ESPAÇOS PÚBLICOS E AS CONSEQUÊNCIAS DO SEU MAU USO

CALSSAVARA, Adriely da Cunha P..¹
BAVARESCO, Sciliane Sumaia S..²

RESUMO

A cidade é constituída em grande parte por espaços públicos, os quais a caracterizam e transmitem sua personalidade, história e cultura. O presente artigo apresenta a caracterização e uma breve análise sobre as consequências do mau uso dos espaços públicos, com enfoque na falta de infraestrutura da Praça XV de Novembro, localizada na área central da cidade de Palotina, Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, Espaços públicos, Infraestrutura, Praça.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está vinculado à disciplina de Legislação Urbana do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz, e tem como assunto principal os Espaços públicos e as consequências do seu mau uso, com o intuito de trazer à tona a importância e benefícios que estes espaços trazem a seus usuários quando devidamente infra estruturado. O trabalho pertence à linha de pesquisa Planejamento Urbano e Regional, mais especificamente ao grupo de pesquisa Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional – MTPUR, e será desenvolvido por meio de estudos e pesquisas realizadas pela acadêmica Adriely da Cunha Plakitquen Calssavara, sob orientação da Professora Arq^a Sciliane Sumaia Sauberlich Bavaresco.

A pesquisa tem como finalidade apresentar uma análise das condições de parques e praças, dando ênfase as consequências que o mau uso destes causam a população, já que ambos além de serem protagonistas das cidades são pressupostos em leis, e assim deveriam possuir a infraestrutura adequada para atender a seus usuários.

O trabalho justifica-se por disseminar conhecimento e informação, sob a intenção de formar novos pesquisadores, incentivar novos debates e novas análises, que ampliem a visão da sociedade, e contribuam para um melhor diálogo e um melhor entendimento das questões a serem abordadas.

Referente ao tema de estudo: A qualidade de vida de uma cidade sempre será medida pela grandeza da vida coletiva, esta, sempre evidenciada em seus espaços

¹Aluna do sexto período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: adrielyplakitquen@hotmail.com

²Arquiteta, professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel – PR. Pós-Graduada em Arquitetura Paisagística pela Fundação Assis Gurgacz, Cascavel - PR e em Design de Interiores pela Universidade Paranaense, Cascavel – PR e pós-graduanda em Arquitetura de Hospitais, Clínicas e Laboratórios pelo Instituto Brasileiro de Educação Continuada, Foz do Iguaçu – PR. E-mail: sciliane@hotmail.com

públicos. Hoje, devido a verticalização das cidades, espaços públicos como: parques e praças se tornaram cada vez mais necessários, tanto para o bem-estar da população, quanto para o embelezamento dos municípios.

Segundo Trindade (2006):

As áreas verdes são consideradas um indicador na avaliação da qualidade ambiental urbana e também obrigatórias por lei. Quando não existem ou não são efetivadas no ambiente urbano interferem na qualidade do mesmo, e também a falta desses espaços adequados para o lazer prejudica a qualidade de vida da população. (TRINDADE, 2006, p.01).

O problema fomentador da pesquisa é: Os espaços públicos verdes são considerados protagonistas das cidades, desta maneira, por que é necessário investir em sua infraestrutura? O uso inadequado dos mesmos fazem estes perderem sua importância?

Para apresentar uma resposta a essa questão partiu-se da tese inicial de que caso essas áreas não possuam uma infraestrutura eficaz e eficiente, os espaços tornam-se menos atrativos para a população, deste modo, a ausência da mesma prejudica diretamente seus usuários e os moradores das redondezas.

Como objetivo geral, o trabalho busca revelar a importância dos espaços públicos verdes, e como a falta de infraestrutura os fazem perder a importância. Tendo como objetivos específicos: (i) identificar espaços públicos e apresentar sua importância perante a sociedade, (ii) apresentar as consequências da falta de infraestrutura, (iii) elencar motivos para o desinteresse da população para com estes espaços, (iv) apresentar o estudo de caso, (v) constatar que a existência de áreas verdes são benéficas quando estas possuem uma infraestrutura adequada.

A pesquisa se propõe a utilizar como marco teórico as ideias apresentadas por Londe (2014), a qual defende que o conceito de qualidade ambiental urbana seja demasiadamente citado na legislação, na prática poucas ações são direcionadas para a melhoria das condições ambientais do espaço urbano.

Leverentz (2014) diz que:

As áreas verdes urbanas desempenham diversas funções essenciais para a qualidade de vida da população [...] Logo a gestão/manutenção e planejamento dessas áreas pelo poder público são essenciais. Atualmente com a banalização desses espaços pelo poder público, a falta de condições dos mobiliários e estruturas urbanas faz com que as praças percam a sua função, afugentando e excluindo a população de usufruir dessas áreas verdes enquanto espaço para o bem estar social, ambiental e estético. (LEVERENTZ, 2014, p.02).

Com base nos autores, observa-se que apenas a existência de áreas verdes não cumprem o papel de elemento benéfico, porém, quando dada devida importância a estes

locais, os mesmos contribuem para uma melhora significativa da qualidade de vida de quem os frequenta além dos moradores do entorno.

Portanto, o presente artigo será desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, vinculando ao tema proposto. Posteriormente será apresentado um breve estudo de caso da Praça XV de Novembro na cidade de Palotina (Paraná) e explanadas informações sobre o local da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Dias (2017), “o ambiente urbano é um local histórico notável, onde as pessoas se inter-relacionam com outros sujeitos sociais, numa rede em que coexistem condições e espacialidades próprios aos processos de socialização individual e coletiva.”

Neste meio ativo, pessoas de todas as classes, idades e raças constituem suas telas de convívios e se ligam ao espaço urbano que as circunda, concedendo assim novas experiências e sensações a estes indivíduos (DIAS, 2017, p. 636).

2.1 ESPAÇOS PÚBLICOS

Para Matos (2010), as cidades são espaços constituídos por áreas públicas, abertas a todos e também áreas privadas, as quais possuem acessibilidade limitada. Em grande parte dos centros urbanos os espaços privados apoderam-se de uma parcela considerável de seu território, entretanto, o que melhor caracteriza uma cidade são os seus espaços públicos (MATOS, 2010, p.18).

Segundo Ascher (1998), o termo “espaço público”, surgiu na França, nos anos 70, onde iniciou-se novos questionamentos com relação as cidades, valorizando assim a qualificação dos centros urbanos em vez de sua reabilitação (ASCHER, 1998, p.172).

Bortolo (2015), ainda diz que:

Espaço público é parte integrante e constituinte da existência da história, da política e da vida social nas cidades. Nele é possível a interação da sociedade e de sua estruturação; em tal espaço, articulam-se condições de institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa. Ou seja, pode-se considerar o espaço público como produto resultante da convergência de várias dimensões como econômicas, políticas, culturais e sociais. (BORTOLO, 2015, p.09-10).

Segundo o autor acima este, denominado espaço público, tem sido tema de inúmeras especulações em diversas áreas de estudo. Desde os tempos antigos, suas

funções sofreram várias mudanças, “onde seu sentido deixou de ser aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública se transformou.” (BORTOLO, 2015, p.10).

De acordo com Sassen (2014):

Os espaços públicos continuam a ser uma característica fundamental das cidades. Sem eles, o terreno apenas denso e altamente construído não é uma cidade. Podemos ver isso quando há uma vasta faixa de edifícios residenciais ou comerciais altos - esses espaços não são cidades, são apenas um terreno densamente construído. E isso acontece mais e mais, é uma tendência que ajuda a desurbanizar as cidades [...] Hoje, por todas essas tendências de desurbanização e o crescimento da desigualdade, vejo as ruas da cidade como um espaço urbano fundamental para o uso público. (SASSEN, 2014).

Deste modo, Matos (2010) salienta que o problema dos espaços públicos resulta de uma variação das práticas urbanas nos centros urbanos:

A diferença entre o público/privado, o coletivo/individual e o exterior/interior é reajustada pela decomposição social e funcional dos bairros, pelo aparecimento de novos centros, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, das novas formas de comunicação, da concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, mas principalmente pela utilização quase generalizada do automóvel (MATOS, 2010, p.19).

Portanto, apesar de todas as problemáticas que circundam o tema, o que distingue o espaço público de espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público pertence a todos os indivíduos e nunca a alguém em particular.

A essência destes espaços está na forma que são utilizados, e quando conservados e bem projetados podem contribuir de maneira significativa para a qualidade de vida da população.

2.1.1 Praça como Elemento Principal

A beleza de uma praça é concebida a partir de sua história, de seu desenho paisagístico e de seu conjunto urbanístico. A integração entre estética e apropriação é que permite a formação de praças, como espaços simbólicos, que emblemam a alma da cidade. (CALDEIRA, 2007, p.12).

Marcus Vitruvius³, evidencia a relevância de espaços de uso coletivo no desenvolvimento das cidades, e ainda expõe a necessidade de existência de praças, postas

³ Marcus Vitruvius Pollio, foi um engenheiro militar romano e arquiteto do século primeiro que escreveu De Architectura (Na arquitetura), um Tratado que combina a história da antiga arquitetura e engenharia. VITRUVIUS, Marcus Pollio. The Ten Books on Architecture. New York: Dover Publication, 1960.

em locais de destaque rodeadas pelos edifícios mais relevantes da cidade. (VITRUVIUS, 1960).

Ainda segundo Caldeira (2007):

Toda cidade possui uma praça que se destaca como símbolo urbano, palco de eventos históricos, espaço agregador, ou local de confluência. As praças são espaços permanentes no desenvolvimento das cidades. Sua função e morfologia, porém, estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da gênese urbana (CALDEIRA, 2007, p.12).

Desta maneira, as praças marcam a estrutura das cidades, aparecendo como elemento fundamental das mesmas, diferenciando-se de outros espaços públicos, não só por sua estrutura, mas também por sua importância e uso.

2.2 EQUIPAMENTOS URBANOS E INFRA-ESTRUTURA

Uma grande problemática urbana recente é a implantação e administração de equipamentos urbanos existentes nos municípios. Segundo Moraes (2008), os equipamentos urbanos são: “todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”, ou seja, são equipamentos que permitem a realização plena de atividades do dia a dia dos munícipes (MORAES, 2008, p. 98).

O autor ainda cita:

Os equipamentos urbanos, a infra-estrutura e os edifícios industriais, comerciais e de moradias constituem os componentes físicos básicos para a existência de um bairro ou de uma cidade. A existência destes componentes físicos é considerada como um fator importante de bem estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, bem como de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados humanos.

Assim, a carência dos mesmos mostra as desigualdades sociais. Para o desenvolvimento econômico e o bem estar da população é incontestável a importância na cidade de todos os seus elementos constituintes e que estes atendam com eficiência o propósito para o qual foram destinados. (MORAES, 2008, p. 98-99).

Marins (2004) complementa dizendo:

O Estatuto da Cidade incorpora o que a doutrina de Hely Lopes Meirelles⁴ pregava há muito, de que "não se realiza urbanismo particular". Sobrepondo o interesse público ao privado, "o urbanismo tem uma missão social a cumprir na ordenação dos espaços habitáveis", para assegurar à população as melhores condições de vida. Portanto, não se concebe, hoje, que a sorte das cidades fique

⁴ Jurista, advogado, magistrado e professor. É reconhecido como um dos mais relevantes doutrinadores do Direito Administrativo e do Direito Municipal brasileiro (AZEVEDO, 1996).

a reboque da conveniência (ou negligência) do administrador público, nem que o planejamento urbano seja definido entre quatro paredes, por técnicos, políticos e investidores do mercado imobiliário. (MARINS, 2004).

Em vista disso, não basta apenas implantar um equipamento urbano sem antes fazer uma análise de diversas circunstâncias. Segundo Moraes (2008), deve-se: “observar o local de implantação, os projetos executivos, os materiais a serem utilizados e os cuidados relativos à manutenção e conservação destes. Como se sabe, cada equipamento urbano comunitário tem características e funções próprias.” (MORAES, 2008, p. 100).

Sendo assim, percebe-se que é extremamente necessário a implantação destes equipamentos para se obter uma melhora na qualidade de vida, criando espaços que atraíam a população. Já que a carência de infraestrutura prejudica diretamente seus usuários além dos moradores do entorno, fazendo com que, espaços já existentes percam sua importância por falta de investimentos do governo tornando-se ambientes esquecidos e mal utilizados.

2.3 O MUNICÍPIO DE PALOTINA

O município de Palotina localiza-se no Oeste do Paraná, e estende-se por 651,2 km², tem como vizinhos os municípios de Terra Roxa, Maripá, Francisco Alves e Assis Chateaubriand. A cidade situa-se à 103km de Cascavel. (BRASIL, 2017).

Conforme o último Censo (2010), a cidade possui 28.692 mil habitantes, e é conhecida como a Capital Nacional da Soja. A mesma possui sua economia baseada na agroindústria, na agricultura, e também presta serviços para a C-Vale⁵, e conta com um campus da UFPR⁶, a qual possui graduações voltadas ao forte da cidade, atendendo a demanda de mercado por novos profissionais (CENSO, 2010, FREITAG, 2001).

Figura 1 – Localização da cidade de Palotina



Fonte: Acervo do autor

⁵ A C-Vale é uma cooperativa agroindustrial com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraguai. Está entre as duas maiores cooperativas singulares do Brasil, e atualmente possui o maior abatedouro de peixes do país. (C-VALE, 2017).

⁶ Universidade Federal do Paraná

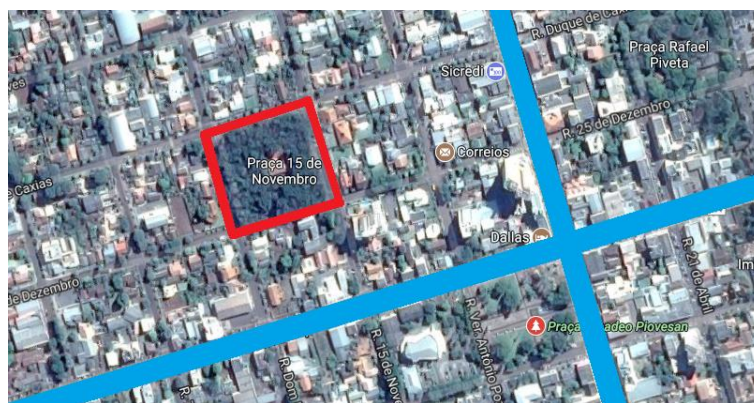
2.3.1 Praça XV de Novembro

Na presente pesquisa buscou-se a percepção das praças e parques não somente como estrutura física, mas também como espaço ocupado pelo indivíduo para uso de diferentes finalidades.

Diante disso interessa entender a praça, enquanto espaço público onde se desenvolve parte da vida cidadina, porém, não podemos deixar de lado as estruturas os equipamentos e o mobiliário urbano que a compõem, pois, sem essas, não há como se desenvolver a atividade humana nesses espaços. (LEVERENTZ, 2014, p.01).

É neste âmbito que a pesquisa apresenta uma análise da Praça XV de Novembro, localizada na área central do município de Palotina, permitindo assim o entendimento das consequências causadas pela falta infraestrutura da mesma.

Figura 2 – Localização da Praça XV de Novembro



Fonte: Google Maps, modificado pelo autor

Figura 3 – Vista aérea da praça



Fonte: Google Maps, modificado pelo autor

3. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-se mais fácil seu entendimento.

Segundo Dooley (2002), a vantagem do estudo de caso é a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real. O autor refere ainda que:

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objecto ou fenómeno. (DOOLEY, 2002, p.343-344).

Por fim, a metodologia a ser adotada para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados, será a coleta de dados através de pesquisas bibliográficas, entrevistas, artigos, dissertações e internet com caráter exploratório.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

As áreas verdes urbanas desempenham diversas funções essenciais para a qualidade de vida da população, porém, a banalização desses espaços, a falta de infraestrutura e a baixa segurança faz com que as praças percam a sua função, expulsando e excluindo a população que antes fazia uso das mesmas. (LEVERENTZ, 2014, p.02).

Sendo assim nota-se que apenas a existência de áreas verdes nas cidades não indicam que estas possuem qualidade, nem mesmo que são benéficas para a população, porém quando dada devida importância a estes locais, os mesmos contribuem para uma melhora significativa da qualidade de vida de quem os frequenta além dos moradores do entorno.

Neste contexto, o presente artigo se baseou em analisar a Praça XV de Novembro na cidade de Palotina (PR). Como visto no início da fundamentação teórica, e seguindo as ideias de Caldeira (2007), o local atende a função de praça como um ponto referencial para a cidade, e também serve como um ponto de encontro para o município, além possuir ótima arborização serve como uma bela paisagem para os moradores do entorno (ver figura 04) (CALDEIRA, 2007, p.12).

Figura 4 – Vista acesso principal



Fonte: Acervo do autor

No entanto, a praça não é dotada de uma infraestrutura adequada para atender as necessidades de seus usuários (ver imagens a seguir). Como dito anteriormente, Moraes (2008) salienta: “Para o desenvolvimento econômico e o bem estar da população é incontestável a importância na cidade de todos os seus elementos constituintes e que estes atendam com eficiência o propósito para o qual foram destinados” (MORAES, 2008).

Figura 5 - Banco deteriorado



Fonte: Acervo do autor

Ao analisar o local é notável a precariedade dos mobiliários (ver imagens a seguir), os quais estão deteriorados, quebrados e vandalizados. Segundo Carneiro e Mesquita (2000), as praças são consideradas pequenos espaços inseridos na malha urbana, os quais deveriam ter suas funções designadas por leis, principalmente com relação a manutenção (CARNEIRO, MESQUITA, 2000, p. 27).

Figura 6 - Mobiliário depredado



Fonte: Acervo do autor

Figura 7 - Gazebo vandalizado e sem manutenção



Fonte: Acervo do autor

Além disso, o local não possui nenhuma acessibilidade, sendo assim não atende as regulamentações propostas pela NBR 9050. A caminhada pelo mesmo torna-se difícil até mesmo para quem não possui mobilidade reduzida, devido as árvores presentes na passagem e o descaso com a limpeza do espaço (ver figura 8). Segundo Santiago (2016):

Um tipo de revestimento não adequado, ou mal assentado, ou ainda sem manutenção pode se apresentar como um obstáculo para usuários de cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida, bem como para idosos e crianças, portanto, são itens indispensáveis a análise de condições de acessibilidade (SANTIAGO, 2016, p.35).

Silva (2005), ainda complementa dizendo:

Nessa perspectiva, o lazer tem caráter de humanizar as cidades, pois contém o lúdico como possibilidade e os espaços de lazer urbano devem ser democráticos, significam vida, recuperam hábitos e culturas na cidade. Além de criar espaços de lazer e recreação como forma de revitalização da cidade é preciso introduzir formas de identificação social e pertencimento, ou seja, criar possibilidades de inclusão (SILVA, 2005, p.01).

Figura 8 - Passeio sem acessibilidade



Fonte: Acervo do autor

Como se não bastasse, durante a noite a iluminação é falha, fazendo com que o espaço se torne alvo de vândalos. Com isso, a população não se sente segura ao caminhar pelas proximidades, prejudicando também os moradores do entorno. Assim o potencial do espaço é desperdiçado e perde seu valor e importância devido à falta de investimentos do governo juntamente com a má utilização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um grande desafio do planejamento urbano (se não o maior), é pensar no crescimento e remodelação de espaços juntamente com a infraestrutura utilizada pelos cidadãos. É necessário cumprir o Estatuto da Cidade, através do planejamento e gestão municipal.

Deste modo é notável a carência de investimentos governamentais no local de estudo, o qual possui grande potencial e está situado em uma área significativa da cidade.

Por fim constatou-se que com uma gestão comprometida, planejamento urbano e uma infraestrutura adequada, áreas como esta seriam utilizadas em benefício da população criando espaços que atraíam os mesmos, assim consequentemente haveria uma grande melhora no meio ambiente e também na qualidade de vida dos munícipes.

6. REFERÊNCIAS

ASCHER, François. **Metapolis acerca do futuro das cidades**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

AZEVEDO, Eurico de A. **Retrato de Hely Lopes Meirelles**. Rio de Janeiro, 1996.

BORTOLO, Carlos A. **A Dinâmica dos Espaços Públicos de Lazer em Cidades da Aglomeração Urbana de Londrina – PR**. Maringá, 2015.

BRASIL, Cidade. **Município de Palotina, 2017**. Acesso em 06/11/2017. Disponível em: < <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-palotina.html> >

CALDEIRA, Júnia M. **A Praça Brasileira – Trajetória de um Espaço Urbano: Origem e Modernidade**. Campinas, 2007.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Pernambuco, 2000.

C-VALE. **Nossa Empresa**. Acesso em 06/11/2017. Disponível em: < http://www.cvale.com.br/nossa_empresa.html >

DIAS, Marina. S. **O Espaço Público e o Lúdico Como Estratégias de Planejamento Urbano Humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba**. São Paulo, 2017.

DOOLEY, Larry M. **Case Study Research and Theory Building. Advances in Developing Human Resources**. (S/L): Sage Publications, 2002.

FREITAG, Liliane da C. **Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo – oeste paranaense (1937 – 1954)**. Cascavel, 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Resultados do Censo 2010**. Acesso em 08/11/2017. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para_na.pdf >

LEVERENTZ, Gilberto. **Avaliação da Infraestrutura e dos Equipamentos da Praça Pio XII na Cidade de Ubiratã (PR), Brasil.** Ubiratã, Paraná, 2014.

LONDE, Patricia. **A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana.** Minas Gerais, 2014.

MARINS, Vinicius. **O Estatuto da Cidade e a constitucionalização do Direito Urbanístico.** 2004. Acesso em 08/11/2017. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/4806/o-estatuto-da-cidade-e-a-constitucionalizacao-do-direito-urbanistico/2> >

MATOS, Fátima. L. **Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades - O Caso Da Cidade Porto.** Portugal, 2010.

MORAES, A. F. **Reflexões Sobre a Cidade, seus Equipamentos Urbanos e a Influência Destes na Qualidade de Vida da População.** Florianópolis, 2008.

NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2015. Acesso em 06/11/2017. Disponível em: < http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf >

SANTIAGO, Zilsa M. P. **Acessibilidade no Espaço Público: O Caso das Praças de Fortaleza.** Ceará, 2016.

SASSEN, Saskia. **O que é Espaço Público?.** Revista AU, ed. 232, São Paulo, 2013.

SILVA, Edma A. **Lazer Nos Espaços Urbanos.** Três Lagoas, 2005.

TRINDADE, Margarete. **A Importância das Áreas Verdes para a Qualidade Ambiental das Cidades.** Osvaldo Cruz, São Paulo, 2006.

VITRUVIUS, Marcus P. **The Ten Books on Architecture.** New York: Dover Publication, 1960.